



MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Sessão de 18 de dezembro de 2014)

Moção

Orçamento de Estado para 2015 e o Poder Local

Considerando que:

1. O Governo e a maioria PSD/CDS promove o agravamento do fosso entre o volume de montantes transferidos para as autarquias e o valor que devia ser transferido pela regra prevista na Lei das Finanças Locais.
2. O Governo atribui às autarquias para 2015, um aumento de apenas 1.5% da média dos três impostos que relevam para o FEF-Fundo de Equilíbrio Financeiro e FFF-Fundo de Financiamento das Freguesias enquanto o crescimento do IVA, IRS e IRC se situa nos 17,5%.
3. O artifício da cláusula travão dos 5% (inaugurada com a Lei de 2007) faz com que a transferência seja fixada em 1.726 milhões de euros, em vez dos 1.952 milhões de euros a que as autarquias locais tinham direito.
4. A verba autónoma para transportes escolares (23 milhões de euros), já por si comprovadamente insuficiente, passa a estar diluída no FSM;
5. Estabelece a consignação do crescimento do FEF resultante da Lei das Finanças Locais à realização da participação do FAM e consolidação orçamental (dívida de médio e longo prazo e pagamentos em atraso), beneficiando assim a banca comercial.
6. Impõe restrições no domínio de recursos humanos, seja por via do controlo de admissões e procedimentos concursais, seja pelo novo congelamento na valorização dos trabalhadores;
7. Consagra e alarga a prática de retenções arbitrárias, de que são exemplo:
 - 7.1- Tetos de pagamento automáticos (e arbitrários) ao SNS- Serviço Nacional de Saúde;
 - 7.2- Retenção em favor da DGAL- Direção Geral das Autarquias Locais, de 0.1% do FEF;
 - 7.3- Por "violação" da redução em 10% do volume de

pagamento a 90 dias.

7.4- Por “violação” da não redução de trabalhadores;

7.5- Pela “violação” das disposições sobre pessoal dirigente;

7.6- Pelo incumprimento da renovação de contratos a termo;

7.7- Por não cumprimento da consignação do aumento IRS+IVA.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em 18 de dezembro de 2014, delibera:

- a) Proclamar o firme propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República e reclamar das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento de Estado para 2015, que contribuam para o seu enfraquecimento;
- b) Reclamar uma nova Lei das Finanças Locais;
- c) Protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este orçamento solidarizando-se com a sua luta;
- d) Reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população.
- e) Remeter esta moção aos órgãos de soberania, à ANMP, à ANAFRE, à CIMAL e divulgá-la junto da população.

Alcácer do Sal 18 de Dezembro de 2014

Os Deputados Municipais da CDU

Esta Moção foi aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2014.